

Mészáros: Política radical e transição socialista.

Pablo Polese de Queiroz¹

Resumo

Esse texto é uma versão modificada da *Conclusão* de minha Dissertação de mestrado, apresentada no Programa de Sociologia da Unicamp-SP, sob orientação do professor Ricardo Antunes. Nessa pesquisa busquei demonstrar o modo como o teórico marxista István Mészáros trata das questões relativas aos limites e possibilidades da política na transição socialista, bem como aos problemas inerentes à chamada linha de menor resistência do capital. A fim de permitir ao leitor uma adequada compreensão de parte da contribuição dada por Mészáros ao debate acerca da teoria da transição do século XXI, optei pela demonstração de alguns aspectos do legado *político* de Karl Marx que foram resgatados, apropriados e incorporados de forma crítica por Mészáros. Tais aspectos do legado marxiano, tais como o conceito de Ditadura do proletariado e a questão da concepção negativa da política, me parecem ser essenciais para o entendimento da teoria de Mészáros e dotados de destacada importância no debate contemporâneo sobre transição socialista. Dada a amplitude da problemática e os limites de um trabalho de mestrado, privilegiei apenas um aspecto ligado aos limites e possibilidades da *política* na transição para além do capital: a questão do fenecimento do Estado. Tal escolha se deveu à evidente relevância do tema à teoria da transição socialista, bem como devido ao destaque dado por Mészáros a essa problemática.

Palavras-chave: Revolução socialista, linha de menor resistência, política radical, fenecimento do Estado.

Diante dos desafios práticos que necessariamente terão de ser enfrentados se quisermos instituir uma nova sociabilidade não mais controlada pelo capital, o legado histórico da esquerda socialista que temos em mãos apresenta-se como fortemente marcado por uma insuficiência desconcertante, seja no âmbito teórico, seja no âmbito institucional e organizacional.

Tal insuficiência se deve ao fato de que os instrumentos de luta da esquerda histórica foram forjados num contexto histórico de expansão do sistema capitalista, quando o sistema do capital *em ascensão histórica* ainda tinha muitas vias abertas que lhe permitiam operar o *deslocamento das contradições* e, em virtude disso, a atitude *defensiva* da classe trabalhadora organizada perante o poder do capital ainda podia trazer ganhos materiais significativos ao trabalho – tanto que atualmente, como bem observa Mészáros, os trabalhadores têm “bem mais que seus grilhões a perder”.

Por outro lado, com a crescente ativação dos limites *absolutos* do capital e a entrada do sistema do capital em seu período de *crise estrutural* as estratégias defensivas da esquerda histórica se tornaram marcadamente anacrônicas, posto que cada vez mais se dissipa a própria objetividade do desenvolvimento capitalista “ascendente”² que antes lhe lastreava, o qual permitia ao capital convenientemente conceder direitos e garantias parciais à classe trabalhadora (claro que na maioria dos casos tais direitos foram em verdade *arrancados* do capital, por meio da pressão exercida pela classe trabalhadora nas lutas de classe).

1 Mestre em Sociologia pela Unicamp-SP. Doutorando em Serviço Social pela UFRJ.

2 As aspas se devem ao fato de que sob o sistema do capital nenhum desenvolvimento é sinônimo de puro progresso, posto que o sistema permanentemente produz e reproduz (em escala ampliada) contradições explosivas, estando sempre oscilando entre o progresso e a retração sob a forma de crises de toda monta. A produção permanente e necessária dessas contradições decorre do fato de que todo o sistema do capital assenta num *antagonismo* estrutural entre capital e trabalho, em virtude do pilar que lhe sustenta ser a alienação do trabalho.

Em resumo: com a crise estrutural do capital a classe trabalhadora está fadada a encontrar dificuldades em ver atendidas mesmo suas demandas mais específicas, e encontrará barreiras ainda maiores quanto mais radicais forem suas demandas. Desse modo, a estratégia defensiva e a persistente adoção, pelo trabalho, da linha de menor resistência do capital, se mostram hoje ainda mais problemáticas do que o eram desde o século XIX.

Os dois principais modelos de *Partido político* construídos pela classe trabalhadora organizada, o Partido de tipo social-democrata e o Partido de tipo bolchevique, a despeito de suas grandes diferenças, acabaram seguindo a *linha de menor resistência do capital*. As questões subjetivas e ideológicas relacionadas tanto à consciência de classe quanto às estratégias políticas adotadas pelas instituições de luta dos trabalhadores organizados tiveram seu peso nessa lamentável, mas compreensível, adoção da linha de menor resistência pelo trabalho. Entretanto, conforme aponta Mézáros, o principal fator a ser observado para que no futuro possamos romper com a linha de menor resistência do capital têm raízes objetivas: trata-se da separação operada pelo capital entre a esfera da política e da economia (reprodução material).

Tal aspecto objetivo impõe ao trabalho (o antagonista estrutural do capital, ou, em outros termos, a “classe trabalhadora”) limitações férreas a qualquer ação transformadora que este articule no âmbito meramente político-parlamentar, de modo que, em perspectiva de longo prazo, a esfera da *política* se mostra absolutamente inadequada para levar a cabo a revolução social necessária para a superação do capital. De acordo com a *concepção negativa da política*, de Marx, a política é essencialmente “negativa”, dotada de uma “parcialidade intrínseca” que a torna adequada apenas para operar ações de “classe *contra* classe” (ou seja, oposições, “particularidade contra particularidade”, “negação da negação”), escapando de suas possibilidades efetivar as tarefas *positivas* da revolução social, ou seja, os revolucionamentos orgânicos não apenas *destrutivos*, mas *construtivos* no sociometabolismo. A política enquanto tal é capaz de *abolir*, através de decretos, mas tal abolição não é suficiente quando o objeto a ser superado têm raízes objetivas profundas no sociometabolismo, ou seja, não apenas formais-legais.³

Na revolução para além do capital, o fim do Estado só se mostra possível através do processo de *fenecimento* do Estado, o qual não pode ser levado a cabo por meio de decretos políticos impetrados pela nova classe em posse do poder político-estatal, mas apenas pela própria absorção dos poderes sociais em mãos do Estado por um órgão social não-estatal (ou seja, não mais hierárquico) capaz de efetuar comunalmente as atividades reprodutivas em mãos do Estado. Por isso pretender que a política seja capaz de superar o Estado *e a própria política* enquanto esfera “negadora” se mostra um problema muito sério para a teoria da transição, posto que a revolução social, por um lado, quando analisada em relação ao fim último da transição, não pode se limitar a atitudes políticas, negativas, destrutivas, enquanto que, por outro lado, quando observamos a própria logística da revolução, esta não pode totalmente abrir mão de atos políticos; trata-se de um problema formalmente equivalente àquele que aponta a necessidade da classe trabalhadora *atuar como classe* nas lutas contra o capital para, ao fim, e sob pena de fracasso, ter de levar a cabo sua própria abolição/superação *enquanto “classe”* (aliás, para ser mais preciso, a revolução social efetivada significaria o fim de *todas* as classes, ou seja, o fim das parcialidades auto-excludentes e conflitivas em prol da agregadora livre-associação dos trabalhadores).

Mézáros aponta coerentemente algumas implicações decorrentes da separação objetiva entre

3 Apenas para lembrar alguns exemplos, a política é capaz de abolir a propriedade privada e extinguir as personas capitalistas do sociometabolismo, mas não é capaz de revolucionar a própria divisão social do trabalho, é capaz de abolir algumas instituições do aparato repressivo do Estado burguês, enquanto que o próprio Estado enquanto tal não pode ser abolido, mas apenas transcendido, porque algumas de suas funções são vitais à manutenção do sociometabolismo, e não podem ser abolidas por decreto, mas apenas substituídas, reestruturadas com base em princípios radicalmente diferentes daqueles que estruturam o Estado atuante no sociometabolismo controlado pelo capital, ou seja, princípios não-conflituosos, não-alienados, não mais assentados na lei do valor, na “quantidade”, na exploração do trabalho, mas sim em princípios comunistas, por exemplo, a “qualidade”, o maior tempo livre, o desenvolvimento da individualidade.

política e economia no sociometabolismo controlado pelo capital. Dentre estas, uma das mais importantes implicações dizem respeito ao âmbito estratégico, para a alternativa socialista:

A dimensão vital existente, que os partidos políticos não podem suprir, é o capital, não como *comando político* (este aspecto foi efetivamente enfrentado), mas como o regulador sociometabólico do processo de *reprodução material* que, em última análise, determina não somente a dimensão política, mas muito mais além dela. Esta correlação única no sistema do capital, entre as dimensões política e reprodutiva material, é o que explica por que observamos movimentos periódicos, em tempos de graves crises econômicas, em que se passa da articulação parlamentar democrática da política para as variedades autoritárias extremas, quando a desorganização dos processos sociometabólicos exige e permite tais movimentos, e que são seguidos da volta à estrutura política regulada pelas regras democráticas formais de disputa, no terreno metabólico do capital, recém-reconstituído e consolidado. [...] Como detém o controle efetivo de todos os aspectos vitais do sociometabolismo, o capital tem condições de definir a esfera de legitimação política separadamente constituída como um assunto estritamente *formal*, excluindo assim, a priori, a possibilidade de ser legitimamente contestado em sua esfera *substantiva* de operação reprodutiva socioeconômica. Ao se ajustar a tais determinações, o movimento operário, como antagonista do capital realmente existente, só pode se condenar à impotência permanente. Neste aspecto, a experiência histórica pós-capitalista é um triste alerta no que se refere à forma como atacou os problemas fundamentais da ordem negada a partir de diagnósticos errados. (MÉSZÁROS, 2002: 29)

Com a ativação dos limites absolutos do capital e a entrada do sistema em sua época de “crise estrutural” o capital enquanto modo de controle do sociometabolismo passa a enfrentar, por meio de suas personas, crescentes dificuldades e até mesmo impossibilidades na manutenção das concessões materiais historicamente conquistadas pela classe trabalhadora. Esta, por sua vez, se vê na desagradável situação de ter de lutar pela própria manutenção de seu precário nível de vida, posto que o contexto de crise aprofundada do sistema *como um todo* faz reaparecer no cenário histórico uma *direita radical* sedenta por contra-reformas – retomadas dos direitos e garantias da classe trabalhadora, direitos os quais são descaradamente vistos e denunciados como “responsáveis pela crise”.

Nesse contexto *hostil* não só às lutas com objetivos mais radicais, mas também *desfavorável* até mesmo àquelas que buscam “inclusões” na ordem e, assim, acabam tocando em pontos menos explosivos do sociometabolismo controlado pelo capital, os instrumentos e modos de luta política da classe trabalhadora *efetivamente existentes* e operantes se mostram absolutamente inadequados para o desafio histórico que se põe frente à classe trabalhadora: articular a ofensiva socialista o mais urgentemente possível. É por isso que Mézáros sempre acentua que a tarefa mais urgente a empreendermos não diz respeito, como frequentemente se pensa, ao âmbito da *consciência de classe* (ainda que a consolidação de uma consciência de massas socialista seja indispensável para a transição socialista no século XXI ter qualquer chance de êxito), mas sim à própria constituição dos órgãos da revolução, as instituições mediadoras capazes de levar a cabo as tarefas *positivas* viabilizadoras da reapropriação, pelo trabalho, de seus poderes socioprodutivos historicamente usurpados pelo capital, no processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital, ou, em outras palavras, no processo de auto-alienação do trabalho.

Quanto à questão da estratégia socialista, pensamos que o essencial a frisar é que a alternativa socialista não pode de modo algum, no atual contexto de crise estrutural do capital, se limitar a exigir “demandas parciais” e “políticas de minoria”:

O movimento socialista não terá a menor chance de sucesso contra o capital caso se limite a levantar apenas demandas parciais. Tais demandas têm sempre que provar a sua viabilidade no interior dos limites e determinações reguladoras preestabelecidos do sistema do capital. As partes só fazem sentido se puderem ser relacionadas ao todo ao qual pertencem objetivamente. Deste modo, é apenas nos termos de referências globais da alternativa hegemônica socialista à regência do capital que a validade dos objetivos parciais estrategicamente escolhidos pode ser adequadamente julgada. E o critério de avaliação deve ser a capacidade desses objetivos parciais se converterem (ou não) em realizações *cumulativas e duradouras* no empreendimento hegemônico de transformação radical. (ibid: 943)

Assim, as demandas podem até ser “parciais”, desde que objetivem mudanças em setores importantes do sociometabolismo e, em especial, desde que signifiquem em alguma medida uma ofensiva que coloque em disputa o próprio *controle* do capital sobre tal esfera do sociometabolismo. Tal é, em síntese, o significado de praxis revolucionária.

Não pode haver dúvida quanto à urgência e atualidade histórica da ofensiva socialista, ou seja, não pode haver dúvida quanto à necessidade de acabar com a hegemonia do capital sobre o sociometabolismo (ou seja, não apenas quanto à esfera do “poder político”, mas com relação ao próprio controle dos rumos da “economia”).

Há muito tempo vêm se tornando nítidos os sinais de esgotamento dos *potenciais civilizatórios* do atual modo de controle do sociometabolismo, os quais, por sinal, sempre foram “contraditórios”; o capital sempre “civilizou” de forma *contingente*, pois sob o comando do capital a *necessidade* sempre esteve localizada nos imperativos de expansão e acumulação do próprio capital, sempre na autovalorização do valor, na exploração do trabalho, e não no desenvolvimento dos potenciais produtivos, etc., da humanidade. Com o fim da fase ascendente do sistema do capital e a progressiva ativação dos limites absolutos do capital (alguns deles já apontados por Marx) o que se torna a cada dia mais explícito é pior: a instituição cotidiana da barbárie, e o real risco de desaparecimento das condições mínimas para a manutenção da vida social, seja com relação ao agravamento da chamada “questão ecológica”, seja pelo risco de um novo confronto bélico mundial, o qual certamente teria proporções catastróficas.

Nesse sentido, superar o capital como modo de controle do sociometabolismo é tarefa de toda a humanidade, inclusive das *personas* do capital. Diante de tamanho desafio histórico, cada vez mais urgente, esse trabalho (a Dissertação*) buscou precisar o *alvo* da ofensiva socialista e caracterizar o papel da política na transição socialista.

Não há e não pode haver dúvida: o alvo da transição socialista é **o capital como modo de controle** do sociometabolismo, e não apenas uma de suas formas específicas de estruturação de tal controle: o Capitalismo. Nesse sentido, quais são as condições objetivas para que possamos ir PARA ALÉM DO CAPITAL? Mesmo delimitando os problemas de um único país, ou mesmo nos atendo a uma determinada fração da classe trabalhadora de tal país (e suas demandas “específicas”), a pergunta exigiria uma resposta grande demais para os limites desse trabalho. Ainda assim, foi-nos possível focar em meia dúzia de questões teóricas candentes apontadas por Mézáros e possíveis de visualizar e tratar teoricamente nesse momento histórico (isso porque é com o andar da própria transição que questões e soluções novas surgem, exigindo das classes em luta respostas teórico-práticas imediatas).

Assim, ir “para além do capital” e romper com as mediações alienadas de segunda ordem⁴, ou seja, superar o capital como modo de controle do sociometabolismo: eis o objetivo necessário e a

4 As quais retiram do trabalhador o controle da produção/reprodução de sua vida, assumindo a forma de um poder estranho que volta-se contra o trabalhador e impõe sua vontade sob a forma de “capital”.

perspectiva orientadora de uma estratégia socialista viável, segundo Mészáros. Para consolidar esse objetivo, é preciso consolidar uma série de revolucionamentos orgânicos na sociedade; dentre eles, um que talvez possa ser apontado como fundamental diz respeito justamente à separação entre política e economia, a qual exerce *força* sempre no sentido da reprodução/manutenção do domínio do capital sob o sociometabolismo. Não por acaso, Mészáros é enfático quanto à tarefa revolucionária de fundir novamente essas esferas: “A reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico”. Como tal tarefa é essencial à consolidação da transição socialista, não se pode de modo algum postergar para um futuro distante, “pós-revolucionário”, a criação das mediações necessárias para levar a cabo tal reconstituição, sem a qual a revolução teria de lutar incessantemente contra as *forças de inércia* decorrentes da separação entre política e economia.

Não é pouco identificar tais objetivos. Como bem lembra o próprio filósofo húngaro,

a meta escolhida necessariamente condiciona as etapas que a ela conduzem e, assim, a identificação equivocada do alvo apropriado da transformação socialista traz consigo, inevitavelmente, sérias consequências para o movimento socialista, como é dolorosamente bem conhecido da história passada. (MÉSZÁROS, 2002)

Superar o sistema do capital e suas mediações de segunda ordem é uma empreitada que exige a profunda reestruturação de toda a vida em sociedade tal qual está ordenada há séculos. E os problemas reais a serem superados na transição histórica para uma formação social socialista não podem ser adequadamente compreendidos se a esquerda revolucionária não tiver clareza quanto ao fato de que o capital e a própria produção de mercadorias não são apenas anteriores, mas, comprovadamente, podem sobreviver ao próprio Capitalismo, e, talvez ainda mais importante, que as personas do capital são substituíveis, não bastando eliminá-las política ou fisicamente do sociometabolismo.⁵ E tal sobrevivência decorre de determinações estruturais objetivas profundamente arraigadas no sociometabolismo, as quais precisam ser *conscientemente* enfrentadas, sob pena da transição para além do capital fracassar totalmente.

Sendo o objetivo da transição tão complexo, há implicações perigosíssimas para o projeto socialista e as estratégias de transição a serem adotadas: o próprio sistema a ser superado é constituído de uma forma que necessariamente implica uma separação entre os *objetivos mais abrangentes de transformação sistêmica* (o estabelecimento de uma nova sociabilidade não mais sob domínio do capital) e aqueles *imediate ou rapidamente realizáveis*, os quais forçam os revolucionários a definir seu alvo apenas como o ataque e a superação de alguns aspectos do *Capitalismo*, e, assim, acabam sendo forçados a atuar “revolucionariamente” sem romper de imediato com os parâmetros estruturais do capital. Evidentemente tal problema é extremamente sério, afinal se em longo prazo o alvo da transição é o sistema do capital como um todo, e, como a experiência soviética demonstrou, é possível superar dois dos três pilares que sustentam o sistema (capital, trabalho, Estado) sem com isso eliminar o poder de restauração do sistema do capital, e, sendo inviável superar de imediato (por decreto político) todo o tripé que sustenta o sistema, então como proceder de modo revolucionário, *cotidianamente*, sem se afastar do objetivo (de longo prazo) fundamental da transição?

5 A superação do capital significa a superação de suas personas, mas não desse ou daquele tipo de persona. Assim, é preciso superar “as personas” do capital, enquanto “subjetividade” do sistema que esteja no comando do trabalho, ou seja, é preciso superar as personas que estiverem no momento atuando como personas, independentemente da qualidade de “capitalistas”, ou “burocratas do partido”, ou o que quer que seja: aquele que comanda e explora o trabalho é que deve ser superado. “O domínio do capital e suas personificações – como subjetividade específica-do-sistema no comando sobre o trabalho – mantêm-se e caem juntos. A mudança de época requerida para se mover para além do capital está relacionada à questão do controle e à radical superação, pelos próprios produtores individuais associados, do sistema alienado de comando sobre o trabalho”. (ibid: 934)

Embora novamente a natureza do problema posto seja essencialmente de solucionamento *particular*, o que demanda análise concreta de situações concretas, a clareza de direção rumo à superação do Capital e não apenas do Capitalismo se mostra absolutamente vital, inescapável. Independentemente do caráter dos desafios contextuais postos “na ordem do dia”, sempre será fundamental conhecer a fundo e não perder de vista o alvo da transição. Conhecer esse alvo é essencial para que os revolucionários possam equacionar coerentemente os desafios inevitáveis que surgirão em decorrência da separação entre os objetivos imediatamente realizáveis e aqueles mais abrangentes, de longo prazo. Esse problema é verificável não apenas com relação a esferas e assuntos particulares do cotidiano da Revolução mas, também, com respeito até mesmo à relação entre a revolução neste ou naquele país ou conjunto de países e a necessária Revolução mundial.⁶ Conforme lembra Mészáros:

É possível visualizar a negação e a superação do capitalismo numa estrutura sócio-histórica particular, dado que as próprias condições específicas favorecem tal intervenção histórica. Ao mesmo tempo, a estratégia muito debatida do “socialismo num só país” é efetivável apenas como um projeto pós-capitalista limitado – isto é, ainda não inerentemente socialista. Em outras palavras, é realizável apenas como **um passo** na direção de uma transformação sócio-histórica global, cujo objetivo não pode ser outro senão ir para além do capital em sua totalidade.

Para enfrentar os problemas relacionados à separação entre as tarefas imediatamente viáveis e aquelas de longo prazo, as quais inclusive podem ser contrárias uma à outra (daí a necessidade de uma análise realista da relação entre tática e estratégia durante a revolução), faz-se necessário implementar medidas práticas que visem tornar a revolução permanente enquanto o sistema do capital estiver de pé. Ou seja, de modo algum o projeto socialista pode se dar por satisfeito quando consolidar conquistas políticas específicas que superem o Capitalismo, mas não o sistema do capital em si mesmo, o qual, como vimos no primeiro capítulo, é sustentado pelo tripé: trabalho, capital e Estado.

Segundo Mészáros, é inevitável que a “fase pós-capitalista” como um todo permaneça no interior dos limites e dos parâmetros estruturais objetivos das determinações últimas do capital, de modo que o processo de reestruturação radical do sociometabolismo, condição ineliminável para o sucesso do projeto socialista, só pode se efetivar se os objetivos estratégicos para a superação do capital estiverem orientados conscientemente no sentido de reduzir o poder de controle do capital sobre o sociometabolismo, ao invés de proclamar como “realização do Socialismo” algumas limitadas conquistas pós-capitalistas, tal como ocorreu na experiência soviética. Mészáros afirma que isso pode ser conquistado através da alocação de “mecanismos e processos neutralizadores e transformadores que favoreçam a requerida transformação estrutural”. O que se deve evitar é a adoção de medidas desarticuladas e “mais ou menos fortuitas”, em decorrência da equivocada *identificação* entre o objetivo estratégico fundamental e alguns objetivos imediatamente realizáveis, mas necessariamente restritos. Mesmo tais objetivos mais limitados, como, por exemplo, a abolição política da propriedade privada, justamente por serem limitados e manterem de pé o tripé que sustenta o sistema do capital, mesmo depois de “consolidados” continuam sob uma *ameaça permanente de restauração*, e isso enquanto o objetivo fundamental de avançar para além do capital não for resolvido, pois

6 Para comprovar a importância dessas questões bastaria aqui lembrar que depois das sucessivas derrotas da Revolução alemã, na sequência da Revolução Russa de 1917, a manutenção do poder político pelo Partido bolchevique foi justificada como “necessária” até que a revolução estourasse em outros países, em especial países mais desenvolvidos. Foi no esteio dessa necessidade, que não escapou a Lenin e Trotski, que a União Soviética criou a Comintern (A III Internacional Comunista), em 1919. Com relação ao assunto, recomendamos o monumental trabalho de Pierre Broué, *História da Internacional Comunista*.

esta ou aquela forma particular de capitalismo pode, na verdade, ser “abolida” numa estruturação limitada, mas tal “abolição” não pode oferecer nenhuma garantia contra a sua revitalização ou “restauração” potencial, dependendo da configuração total de circunstâncias sociais e históricas definidas pelo papel mais ou menos importante do capital na totalidade do sociometabolismo em escala global. (ibid: 1066)

Diante de um objetivo tão abrangente e complexo, a política pode não ser totalmente adequada para a tarefa quando vista em longo prazo, mas certamente não se pode descartá-la com relação às tarefas mais imediatas, da “revolução política”, quando, inclusive, a política tende a se mostrar indispensável. Assim, qual papel uma **política radical** precisa desempenhar a fim de tornar a revolução permanente enquanto o sistema do capital estiver de pé? Responder a essa questão não é fácil; antes de tudo, cabe ressaltar que, para Mészáros, diferentemente do que defendem certas leituras de Trotsky, o problema não é um problema apenas ideológico ou subjetivo: não basta vontade, clareza de direção e “disposição revolucionária” para levar a cabo uma política radical.

Há no sistema do capital poderosas estruturas *objetivas* que agem como “força de inércia” contra qualquer mudança substantiva de algum ponto importante do sociometabolismo, estruturas que empurram tudo no sentido da “linha de menor resistência do capital”, e são essas estruturas que precisam ser atacadas e objetivamente substituídas, senão não tem como haver política radical: trata-se das mediações de segunda ordem, forças objetivas assentadas na alienação do trabalho que, impregnadas no sociometabolismo, não podem ser efetivamente desalojadas por uma revolução *meramente política* contra o Capitalismo, mas apenas através de uma profunda e abrangente revolução social global de desenvolvimento de *novas mediações* não mais alienadas capazes de operar a reapropriação, pelo corpo social, das forças sociais usurpadas pelo capital como modo de controle, de modo a efetivar uma transformação estrutural do sociometabolismo em sua totalidade. Sem os órgãos e instituições, ou seja, sem as mediações materiais, a política radical não pode surgir: seria apenas um espírito sem carne, um Lenin sem soviete e sem Partido.

Só se pode falar de atualidade histórica da ofensiva socialista se se têm claro que grandes mudanças institucionais são necessárias para tornar possível a efetivação de tal tendência histórica. É constrangedor, mas o fato é que os instrumentos e instituições de luta socialista existentes foram constituídos numa conjuntura histórica muito diferente da que nos deparamos hoje. Tais instrumentos se definiram em oposição ao capitalismo, e não ao capital enquanto tal, e os modos de luta se articularam, via de regra, de modo fundamentalmente defensivo. Segundo Mészáros, a atualidade histórica da ofensiva socialista, sob a nova fase histórica da crise estrutural do capital, afirma-se como:

1. Crescente dificuldade e, por fim, impossibilidade de obter ganhos defensivos — ao molde do passado —, através das instituições defensivas existentes (e, em consequência, o fim do consenso político, trazendo com isto uma notória postura mais agressiva das forças dominantes do capital *vis-à-vis* ao trabalho).
2. A pressão objetiva pela reestruturação radical das instituições de luta socialista existente, para se ser capaz de ir ao encontro do novo desafio histórico, numa base organizacional que se evidencie adequada à necessidade crescente de uma estratégia ofensiva.

Para se equacionar criteriosamente os determinantes necessários a uma *política radical* é preciso, antes de qualquer coisa, observar a imperiosa necessidade de constituição de uma estrutura organizativa capaz não só de *negar* a ordem dominante, mas, simultaneamente, exercer as funções vitais *positivas* de restituição do poder de controle material e decisão política ao próprio corpo social. A alternativa socialista de controle do sociometabolismo pelo próprio trabalho só é possível se houver um

total rompimento para com a *dependência* historicamente criada e imposta ao trabalho pelo capital, ou seja, é preciso que o próprio trabalho se aproprie de seus poderes socioprodutivos usurpados – rompa com a subsunção real do trabalho ao capital – o que significa a instituição de uma nova forma social de auto-atividade e autogestão do sociometabolismo em todas as suas esferas, pelos próprios trabalhadores, livremente associados.

Superar o capital pode ser visto como “reestruturar a economia”, desde que se entenda que isso significa reestruturar a sociedade como um todo, “de cima a baixo”. Ora, segundo Mészáros, nessa tarefa de reestruturação do sociometabolismo, em especial no chamado “período de transição”, a importância da *política* não pode ser menosprezada, pois de acordo com a análise do filósofo húngaro a força das estruturas do capital arraigadas no sociometabolismo é tal que “as resistências e os obstáculos a serem superados, no curso da realização de tal objetivo, estão limitados a permanecerem primariamente político-sociais por todo o período histórico de transição”. Esse ponto é muito importante, principalmente se estamos tentando compreender o papel de uma política radical durante a transição socialista. Primeiramente, porque é muito provável que a transição socialista se inicie num contexto de agudização da *crise econômica do sistema do capital*.

Mészáros lembra que “tempos de grande crise econômica abrem sempre uma brecha razoável na ordem estabelecida, que não mais tem êxito na distribuição de bens que servira como sua inquestionável justificativa”. Essas brechas podem ser trabalhadas pela alternativa socialista para melhorar a correlação de forças na arena política e social, mas o terreno é um terreno muito perigoso, posto que dada a dimensão temporal do problema, ou seja, o enfrentamento “de urgência” da crise, “somente uma iniciativa *política* pode influir na brecha”, o que “ênfatiza o poder da ação *política* sob tais condições”, mas, por outro lado, uma vez que as manifestações imediatas da crise são econômicas, “a pressão que emana da referida base social inevitavelmente tende a definir a tarefa imediata em termos de encontrar respostas econômicas urgentes ao nível das manifestações da crise, enquanto são deixadas intactas as suas causas sociais”. Desse modo, a alternativa socialista se aproveita do momento de explicitação da negatividade do domínio do capital sob o sociometabolismo (crise) mas, justamente por isso, o tiro pode sair pela culatra, e a definição *econômica* do que necessita e do que pode ser feito sob as circunstâncias da reconhecida “emergência econômica” pode impor algumas *premissas* inerentes ao sistema do capital sobre o próprio espaço da iniciativa política socialista. Ou seja, favorecida pela crise, a alternativa socialista acaba sendo forçada a uma “readoção inconsciente do horizonte socioeconômico do capital” (tal como ocorreu na experiência soviética):

Como resultado, o potencial reestruturador da política revolucionária é anulado ao dissipar-se no curso do enfrentamento com tarefas econômicas estreitamente definidas – invariavelmente a expensas de suas próprias bases – dentro do marco das velhas premissas sociais e determinações estruturais, terminando, desse modo, contra a intenção original, por ajudar a revitalização do capital.

Desse modo, o “momento” da política radical fica estreitamente limitado pela própria natureza aparentemente “econômica” (e apenas econômica) da crise do capital e pelas determinações temporais do desdobramento da crise, que não pode ser artificialmente prolongada, pois nesse caso a própria alternativa socialista se mostraria “falha”. Assim, a brecha aberta em tempos de crise não dura pra sempre, e as medidas adotadas pela política socialista devem ter isso em mente e trabalhar desde o princípio para fortalecer o poder da própria política radical, implementando medidas de ampliação da democracia substantiva: esse é o único modo de se precaver da restauração do capital.

Nesse âmbito, tanto a estrutura socioeconômica existente quanto sua correspondente estrutura político-ideológica tendem a agir *contra* as iniciativas radicais da alternativa socialista através da sua própria força de inércia, tão logo tenha passado o pior momento da crise e assim se tornado possível ao capital seguir novamente “a linha de menor resistência”. Segundo Mészáros, o modo correto de

enfrentar esse problema não reside, paradoxalmente, na esfera da economia:

Nenhuma conquista econômica imediata pode oferecer uma saída para este dilema, prolongando o espaço vital da política revolucionária, já que tais conquistas – feitas nos limites das velhas premissas – atuam em direção oposta, aliviando os sintomas da crise que mais pressionam, reforçando, assim, o velho mecanismo reprodutivo abalado pela crise.

Ou seja, com a “recuperação econômica” a tendência historicamente marcante aponta que a política necessariamente é “empurrada para seu papel tradicional de sustentar e reforçar as determinações socioeconômicas dominantes”, de modo que a própria “recuperação” atua de modo contra-revolucionário, como “justificativa ideológica auto-evidente para reverter à subserviência o papel rotineiro da política, em harmonia com a estrutura institucional dominante”.⁷ Conseqüentemente, quanto maior o “sucesso” da política radical exercita em tal contexto de crise econômica, mais ela própria “encurta, ao invés de estender como poderia, o ‘momento’ favorável de maior intervenção política”.

O modo correto de enfrentar esse dilema reside na esfera da própria política, o que demonstra a insuficiência da *concepção negativa da política* de Marx quando o assunto em tela reside em questões mais imediatas:

Por mais paradoxal que possa soar, somente uma autodeterminação radical da política pode prolongar o momento da política radical. Se não se deseja que este “momento” seja dissipado sob o peso da pressão econômica imediata, tem de ser encontrada uma maneira para estender sua influência para muito além do pico da própria crise (quando a política radical tende a afirmar sua efetividade como uma lei). E, desde que a duração temporal da crise como tal não pode ser prolongada à vontade [...] a solução só pode surgir de uma bem-sucedida conversão de um “tempo transitório” a um “espaço permanente” por meio da reestruturação dos poderes de tomada de decisão. Posto de outro modo, a política radical só é favorecida temporariamente pela crise que, além de certo ponto, muito facilmente pode se voltar contra ela, isto é, passado o momento em que seu sucesso econômico revitaliza o capital, ou seu fracasso em gerar a melhoria econômica desejada solapa dramaticamente seu próprio mandato e sua pretensão de legitimidade. Assim, para ter êxito em seu objetivo, precisa transmitir, no auge da crise, suas aspirações – na forma de efetivos poderes de tomada de decisão – ao próprio corpo social, do qual as demandas materiais e políticas subsequentes podem emanar e, assim, sustentar sua própria linha estratégica, em lugar de militar contra ela.

Assim, o único modo de assegurar a permanência da necessária política radical, a qual pode assegurar a direção da transição socialista num sentido para além do capital, reside na utilização

7 Subserviente à “economia”, de acordo com a separação entre política e economia: com a reestabilização da economia, as próprias estruturas do sistema do capital impõem à política que “tudo volte a ser como antes”, ou seja, que o controle absoluto do capital sobre a esfera da produção/reprodução material seja restabelecido e a economia política do capital possa voltar a se pôr de forma *livre* de qualquer interferência da política. Aliás, esse processo é típico em todas as grandes crises econômicas do Capitalismo: sempre que preciso recorre-se ao aparato estatal para reestabilizar a economia e “evitar maiores danos sociais”. Nos últimos anos esse processo se evidenciou nos seguidos reescalamentos das dívidas de alguns países da União Européia e, desde a crise de 2008, na própria intervenção (contada às centenas de bilhões) do governo americano em algumas empresas e bancos norte-americanos.

consciente dos potenciais crítico-liberadores inerentes à política socialista orientada rumo à ampliação da democracia substantiva. Só por meio dessa ampliação as metas radicais da transição socialista originalmente visadas se tornam viáveis, posto que não é um *poder separado*, mas o próprio corpo social como um todo que está defendendo e difundindo seu próprio **poder** através de uma efetiva transferência de poder não apenas político, mas fundamentalmente material, para todo o corpo social auto-organizado. Ou seja:

A ofensiva socialista não pode ser levada à sua conclusão positiva, a menos que a política radical tenha êxito em prolongar seu momento, e seja capaz de implementar as políticas requeridas pela magnitude de suas tarefas. O único caminho, entretanto, no qual o momento histórico da política radical pode ser prolongado e estendido – sem, eis o ponto, recorrer a soluções ditatoriais, contra as intenções originais – é fundir o poder de tomada de decisão política com a base social da qual ele foi alienado durante tanto tempo, criando, por esse meio, um novo modo de ação política e uma nova estrutura – determinada genuinamente pela massa – de intercâmbios socioeconômicos e políticos. É por isso que uma “reestruturação da economia” socialista só pode processar-se na mais estreita conjugação com uma reestruturação política, orientada pela massa, como sua necessária pré-condição. (ibid: 1078)

Desse modo, a transição para o Socialismo exige, como condição de sucesso, uma progressiva devolução às pessoas dos poderes alienados de decisão política, e não apenas política, ou seja: exige que as pessoas readquiram a capacidade de decidir em comunidade, de modo democrático, os rumos da produção e reprodução da própria vida em sociedade. Sem que haja essa desalienação dos poderes sociais do trabalho que historicamente foram usurpados pelo capital não é possível conceber uma verdadeira superação do sistema do capital e a instituição de um novo modo de controle do sociometabolismo, um controle não mais estruturado de modo hierárquico e assentado na alienação do trabalho, mas sim um controle que em verdade é uma auto-controle, uma autogestão da vida social, uma auto-administração do corpo social pelas próprias pessoas organizadas de modo comunal – ou seja, um sociometabolismo reestruturado em novos princípios, uma estrutura social de produção/reprodução da vida social não mais conflitante, mas sim agregadora e planejável, posto que constituída e administrada por produtores associados autônomos, em unidades produtivas e distributivas particulares, mas interconectadas de modo solidário.

Nessa nova sociabilidade não haveria poder político propriamente dito, posto que, como vimos, a política é uma manifestação direta do antagonismo de classe. A superação da política, por meio da progressiva transferência do poder de decisão para o próprio corpo social, ao ser levada a cabo, significaria o progressivo fenecimento do Estado, posto que o aparato tal qual ordenado pelo sistema do capital se mostraria cada vez mais dispensável, carente de força social. Numa citação bastante sintética, Mézáros afirmou que

o processo de ‘fenecimento’ do Estado é também uma questão de unificação progressiva, pois neste domínio a *separada legalidade e administração estatal* necessariamente complementa e auxilia a reproduzir a *apropriação iníqua* do sistema do capital, baseado nas incuráveis iniquidades estruturais de um modo de produção com um comando separado/alienado sobre o trabalho. Assim, a questão de se ir para além do capital depende da habilidade ou fracasso dos produtores associados em criarem um novo ‘sistema orgânico’ – genuinamente socialista e sustentável: uma totalidade social coerente que não apenas quebra o círculo vicioso da totalidade orgânica auto-sustentada do capital mas ainda coloca em seu

lugar um desenvolvimento irreversivelmente aberto. Marginalizar os capitalistas privados como o tipo antigo de personificação do capital está muito longe de ser o suficiente para assegurar o sucesso, pois a revolução socialista – não enquanto um ato político, desesperadamente insuficiente, mas como a ‘revolução social’ constantemente renovada (ou ‘revolução permanente’) dos produtores associados – deve ‘subordinar todos os elementos da sociedade a ela’. Ao mesmo tempo deve também criar, a partir do sistema orgânico herdado, mas progressivamente reestruturado, ‘os órgãos que ainda carece’ – para ser capaz de se tornar em seu próprio tipo qualitativamente diferente de totalidade orgânica e irreversível. (Ibid: 726)

O fenecimento do Estado equivale à autogestão do sociometabolismo pelo trabalho comunalmente organizado. Para isso, o essencial reside na superação da hierarquia estrutural herdada do sistema do capital, a qual só é possível se houver a progressiva democratização dos poderes de decisão. Aqui, o desafio fundamental refere-se à necessidade de descartar o *comando separado* do capital *sobre o trabalho*. Esse comando alienado está profundamente embutido na esfera da produção, e é reforçado por uma estrutura de comando político separada da “esfera da economia” e encarregada de uma série de funções que fundamentalmente visam a manutenção do sistema do capital. Por isso a necessidade da alternativa socialista operar uma reunificação das esferas da política e da economia.

Entretanto, ainda que seja possível visualizar essa reestruturação do sociometabolismo como algo perfeitamente exequível, o período de transição do sistema do capital para o sistema sociometabólico autogerido pelo trabalho, ou seja, o período histórico no qual o velho ainda não morreu e o novo ainda não se pôs de modo resoluto, impõe uma série de questões a serem resolvidas:

as definições originais de Marx concebiam poder político como manifestação direta do antagonismo de classe associado a seu contrário: a abolição do poder político propriamente dito numa sociedade socialista plenamente desenvolvida. Mas o que acontece enquanto isso? É possível remover um poder político fortemente centralizado sem que se precise recorrer ao exercício de um sistema político plenamente articulado? Se não, como é possível conceber uma mudança de rumo “a meio caminho”, isto é, a transformação radical de um sistema *auto-suficiente* de poder político que controla o todo da sociedade em um órgão *auto-superável*, que transfira completamente as múltiplas funções de controle político para o próprio corpo social, permitindo assim a emergência daquela livre associação de homens e mulheres sem a qual o processo vital da sociedade permanece sob a dominação de forças estranhas, em vez de ser conscientemente regulado pelos indivíduos sociais nele envolvidos, de acordo com os ideais de autodeterminação e auto-realização? E, finalmente, se as formas transitórias de poder político teimosamente se recusarem a dar mostras de que estão se “diluindo”, como se poderia avaliar as contradições envolvidas: como a falência de um marxismo “utópico” ou como a manifestação historicamente determinada de antagonismos objetivos cuja elucidação está prevista no interior do projeto original de Marx?

A resposta cabal a tais questões só é possível de ser dada na prática, através da criação dos instrumentos e órgãos revolucionários que se mostrem capazes de levar a cabo a reestruturação progressiva do sociometabolismo e a absorção dos poderes socioprodutivos do trabalho. A resposta dada por Marx a esse conjunto de questões só tornou-se palpável com a experiência histórica da Comuna de Paris e a criação da “forma política finalmente descoberta” capaz de levar a cabo o

processo histórico de emancipação do trabalho. Um processo de tal estirpe, em seu período de transição, impõe aos revolucionários uma permanente política radical autodeterminada, a qual ao atuar assentada no princípio da autocrítica e de modo o menos hierárquico possível significaria uma verdadeira *política em reestruturação tendendo à auto-abolição*, posto que dela seria exigido, sob pena de fracasso ou sucesso da transição, a superação daquela característica determinante em toda política: a parcialidade, a afirmação através da negação de outra parcialidade.

Evidentemente, tal política radical não poderia de forma alguma estar retida à própria esfera parlamentar: é preciso que exista um contrapeso objetivo fortemente organizado de modo extraparlamentar, capaz de exercer uma forte pressão sobre a política (e seu corpo de revolucionários “no governo”) no sentido de esta lhe transferir os poderes de decisão *política* na mesma medida em que haja uma reapropriação dos poderes de controle *material* do sociometabolismo. Todo esse processo de “superação da política” equivale ao processo de “fenecimento do Estado”.

Bibliografia

- ABENDROTH, W. (1977). *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANTUNES, C. (2010). *Trabalho, alienação e emancipação: A educação em Mészáros*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação; Unicamp - SP. Mimeo.
- ANTUNES, R. (2000). *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- BENOIT, H. (2003). *Uma teoria da transição aquém de qualquer além?* In: Revista Crítica Marxista, nº 16.
- BIHR, A. (1998). *Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- _____. *Os desafios atuais do movimento operário*. Disponível em: www.pucsp.br/neils/downloads/v7_artigo_alain_bihir.pdf
- BRAZ, M. (2006). *Partido proletário e revolução: sua problemática no século XX*. Tese de doutoramento em Serviço Social pela UFRJ, mimeo.
- BROUÉ, P. (2007). *História da Internacional Comunista*. SP: Sundermann.
- CHASIN, J. (2000). *A determinação ontonegativa da politicidade*. Ensaio Ad Hominem 1, tomo III – Política. São Paulo: Ad Hominem.
- CHEROBINI, D. (2010). *Educação e política no pensamento de István Mészáros: estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFSC. Mimeo.
- CLAUDIN, F. (1986). *A crise do movimento comunista*. 2 vols. SP: Global.
- COTRIM, L. (2007). *Marx - Política e Emancipação humana (1848 – 1871)*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais, PUC – SP, mimeo.
- ENGELS, F. (s/d). *Carta a August Bebel (18-28/03/1875)*. In: Marx & Engels, Obras escolhidas, vol.2. SP: Alfa-Ômega.
- _____. (s/d-2). *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. In: MARX, K, ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol.2. São Paulo: Alfa-Ômega.
- _____. (2010). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2ª ed. SP: Expressão popular.

- FERNANDES, F. (1982). *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2008). *A Revolução Burguesa no Brasil*. RJ: Ed.Globo.
- GONÇALVES, M. (2010). *Esquerda pós-moderna e emancipação social: uma resposta ao Fórum Social Mundial*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia, UNESP/Araraquara.
- HARVEY, D. (1996). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola
- _____. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- HOBSBAWM, E. (1983). *Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo*. In: *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. 3ª. ed. RJ: Paz e Terra.
- _____. (1989). *O marxismo hoje: um balanço aberto*. In HOBSBAWM, E. *História do Marxismo*. Vol. XI. São Paulo, Paz e Terra.
- IASI, M. (2008). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. SP: Expressão Popular.
- KELLOGG, (1995). *Engels e as raízes do "revisionismo"*: uma reavaliação. In: Revista Práxis nº 4, julho. BH-MG: Projeto
- LOUREIRO, I. (1998). *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. 2ª ed. SP: Unesp.
- LUKÁCS, G. (1972). *El asalto a la razón*. Barcelona - México: Grijalbo.
- _____. (1979b). *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas.
- _____. *Ontologia do ser social: O Trabalho*. Mimeo.
- MANDEL, E. (1977). *Teoria Marxista do Estado*. Lisboa: Edições Antídoto
- MARX, K. (1978). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Marx: Os Pensadores*. São Paulo: Abril.
- _____. (1980). *Teorias da mais-valia*. Vol. 1. RJ: Civilização Brasileira.
- _____. (1982). *Para a crítica da economia política*. In: MARX, Os Economistas. SP: Abril Cultural.
- _____. (1983). *O Capital*. Crítica da economia política. 3 vols. SP: Abril Cultural.
- _____. (1985). *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global.
- _____. (1985b). *Capítulo VI Inédito de O Capital*. SP: Moraes.
- _____. (1995). *Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano"*. In: Crítica Marxista, nº 5, BH-MG: Projeto.
- _____. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2008a). *As lutas de classes na França – de 1848 a 1850*. In: A revolução antes da revolução. SP: Expressão Popular.
- _____. (2008b). *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. In: A Revolução antes da revolução. SP: Expressão Popular.
- _____. (2009). *Para a questão judaica*. SP: Expressão popular.
- _____. (2009a). *Contribuição à crítica da economia política*. 2ª edição. SP: Expressão popular.

- _____. (2010). *Sobre a questão judaica*. SP: Boitempo.
- _____. (2011). *A guerra civil na França*. SP: Boitempo.
- _____. (2011b). *Grundrisse*. SP: Boitempo.
- _____. (s/d). *Crítica ao Programa de Gotha*. In: Marx & Engels, *Obras escolhidas*, vol.2. SP: Alfa-Ômega.
- MARX, K. & ENGELS, F. (2007). *A Ideologia alemã*. SP: Boitempo.
- _____. (2010). *Lutas de classes na Alemanha*. SP: Boitempo.
- MÉSZÁROS, I. (2002). *Para além do capital*. SP: Boitempo.
- _____. (2004). *O poder da ideologia*. SP: Boitempo.
- _____. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. SP: Boitempo.
- _____. (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*. SP: Boitempo.
- _____. (2008). *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. SP: Boitempo.
- _____. (2009). *Estrutura social e formas de consciência*. A determinação social do método. SP: Boitempo.
- MONTAÑO, C.E & DURIGUETTO, M.L. (2011). *Estado, classe e movimento social*. RJ: Cortez.
- NETTO, J. P. (1985). *O que é Stalinismo?*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (2010). *Uma face contemporânea da barbárie*. Mimeo.
- PANIAGO, C. (2007). *Mészáros e a incontrolabilidade ontológica do capital*. AL: Edufal.
- PINASSI, M. O. (2008). *El MST y la completa destructividad del capital*. In: *Revista Herramienta* nº 37, p. 97 a 110. Argentina, Buenos Aires:
- _____. (2008a). *Trabalho, desenvolvimento e nacionalismo: Desafios atuais da periferia estrutural do sistema*. *Política e Sociedade*, n.13.(
- _____. 2009). *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo.
- RANIERI, J. (2002). *Sobre o conceito de ideologia*. in: *Revista Estudos de Sociologia* 13/14. Araraquara.
- _____. (2008). *A categoria trabalho e a teoria social do devir*. Ensaio sobre a dialética de Hegel e suas ressonâncias no materialismo de Marx. Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia da UNICAMP/SP.
- RODRIGUES, M. (2006) *Michel Foucault: um pensador proto pós-moderno*. Tese de doutoramento em Serviço Social pela UFRJ, mimeo.
- SILVA, R. (2007). *Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lênin de 1917-1923*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp-SP.
- TURCHETTO, M. *As características específicas da transição ao comunismo*. In: NAVES, M. (org.). (2005). *Análise marxista e sociedade de transição*. SP: Unicamp.
- VAISMAN, E. (1996). *A determinação marxiana da ideologia*. Tese de doutoramento em Educação pela UFMG, mimeo.

_____. (2000). *A usina onto-societária do pensamento*. In: Ensaio Ad Hominem1, tomo I – Marxismo. São Paulo: Ad Hominem.

VASAPOLLO, L. (2007). *Por uma política de classe*. SP: Expressão popular.

WOOD, E. M. (1995). *A chronology of the New Left and its successors, or: Who's old-fashioned now?*. In: The Socialist Register vol. 31.

_____. (2003). *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

WOOD, E. M. & FOSTER, J. B. (1999). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.